CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CELSO AUGUSTO MATUCK FERES JUNIOR. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-VBTK-GSX9-79TB-6V59



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 4ª PROCURADORIA DE CONTAS -

TC-9840.989.18 **Processo:**

Órgão Público: Prefeitura Municipal de Ubatuba.

Santa Casa de Misericórdia Irmandade Nosso Senhor dos Passos de **Entidade Conveniada:**

Ubatuba.

Repasses Públicos ao Terceiro Setor - Convênio. **Assunto:**

Em exame: Prestação de Contas – Exercício de 2016

Valor do ajuste: R\$ 19.286.000,00

Excelentíssimo Senhor Conselheiro,

Trata-se da prestação de contas, do exercício de 2016, decorrente do Convênio s/nº de 17/12/2015¹ celebrado pela **Prefeitura Municipal de Ubatuba** com a **Santa Casa de** Misericórdia Irmandade Nosso Senhor dos Passos de Ubatuba, tendo por objeto "a execução de serviços médico-hospitalares e ambulatoriais a serem prestados a qualquer indivíduo que deles necessite, observada a sistemática de referência e contra-referência do Sistema Único de Saúde - SUS, sem prejuízo da observância do sistema regulador de urgências/emergências quando for o caso".

A instrução, à cargo da Unidade Regional de Guaratinguetá – UR-14 (Evento 39.66) indicou, em resumo, as seguintes irregularidades:

- falhas na execução física e financeira do convênio;
- demonstrativos que não evidenciam itens da execução contratual anual;
- aspecto técnico operacional e financeiro da gestão hospitalar;
- plano de trabalho:
- relatórios de produção e de acompanhamento de metas quantitativas;
- parecer conclusivo do poder público;
- movimentações financeiras de receitas e despesas
- demonstrativos desacompanhados dos documentos fiscais, o que compromete toda a prestação de contas;
- extratos apresentados;
- peças contábeis da conveniada
- ausência de documentos de despesa na prestação de contas;

¹ TC-5555.989.16 – Evento 15.29 - Contrato de Assistência à Saúde de 17/12/2015.



Avenida Rangel Pestana, 315, 6º andar, São Paulo - SP, CEP 01017906

(11) 3292-4302











CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: CELSO AUGUSTO MATUCK FERES JUNIOR. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original acesse http://e-processo.tce.sp.gov.br - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 3-VBTK-GSX9-79TB-6V59



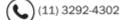
MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 4ª PROCURADORIA DE CONTAS -

- entidade não possuir certidão municipal;
- inexistência de indícios de que a documentação tenha sido examinada pelo controle interno:
- descumprimento da Lei Federal nº 12.527/11 uma vez que o repasse foi tratado como contrato pela entidade;
- falta de apresentação de licença de funcionamento da Vigilância Sanitária para os diversos setores e AVCB;
- Relatório da Vigilância Sanitária sobre a Santa Casa evidenciar diversas inconformidades resultando na lavratura de 04 autos de infração referentes ao Hospital Geral,
- Termo de Verificação evidenciando diversas ocorrências relacionadas ao Plano de Trabalho e Instrumento do convênio, relatórios de produção, Relatórios de Acompanhamento, prestação de contas, peças contábeis, demonstrativos da despesa, extratos, Centro Cirúrgico interditado desde novembro/2017, Lavanderia em área de risco e Central de Esterilização fora das normas técnicas;
- desatendimento das instruções e/ou recomendações do tribunal de contas
- existência de Ação Popular cuja petição inicial relata possível ocorrência de irregularidades na eleição da Provedoria para o exercício de 2016, bem como na contratação, atuação e pagamento da empresa Carvalho, Souza e Borges Sociedade de Advogados,
- pecas contábeis evidenciam o pagamento de R\$ 783.397,64 pagos a título de honorários advocatícios, - Despesa acima não compõem a prestação de contas ora analisada (recursos municipais) e parcela referente aos recursos federais não foi apresentada;
- decisão prolatada em Ação Judicial anulou com efeitos "ex nunc", a eleição para o cargo de provedor realizada dia 1° de março de 2016 (exercício ora fiscalizado),
- informações constantes no TC-5555/989/16 em relação à execução do convênio, vistoria efetuada pela fiscalização aponta indicação precária em quadro sobre a presença dos médicos em atendimento e inexistência de controle de ponto e/ou frequência dos profissionais médicos, imperfeições nos registros de almoxarifado e armazenamento inadequado de utensílios e gêneros alimentícios,
- TC-555/989/16 que tratou do ajuste, sendo que, segundo consta, o convênio no valor de R\$ 25.297.629,36 se refere ao período de dezembro/2015 a novembro/2016, denotando que o repasse efetuado em dezembro não teve cobertura contratual,
- empenhamento do Convênio não obedeceu a Lei Federal 4.320/64 (não houve empenho global, sendo certo o valor ajustado), resultando em sobra orçamentária mesmo após anulações,
- desordem na execução da despesa, liquidações e pagamentos não observaram a ordem cronológica e sequencial,
- empenhamento, liquidação e pagamento em divergência com o conveniado,
- ausência de prestação de contas dos valores repassados referente à fonte federal no valor de R\$ 6.120.902,45 conforme se verifica no Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas sendo esta parte integrante, portanto, inseparável do repasse ora analisado conforme consta de cláusula contratual,













Avenida Rangel Pestana, 315, 6º andar, São Paulo - SP, CEP 01017906







MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- 4ª PROCURADORIA DE CONTAS -

- envio do Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas desacompanhado dos documentos de comprovação da despesa, o que implica em irregular toda a despesa decorrente de tal ajuste,
- técnica adotada indica falha grave nos procedimentos de liquidação e pagamento da despesa no município de Ubatuba,
- prestações de contas que não são colecionadas em volumes únicos (processos), mas em volumes dispersos o que inviabiliza o rastreamento e prejudica a visão global do repasse (análise jurídica, técnica, contábil financeira, do controle interno e do controle externo),
- fato da Procuradoria Municipal não emitir Parecer Jurídico nas prestações de contas o que contribui para a precária formalização dos processos e desobediência à Instrução 02/2008,
- repassador dos recursos não ter acompanhado as fases da despesa (execução e pagamento no prazo) pela entidade; menos ainda, sua correlação com o conveniado segundo o Plano de Trabalho,
- Prefeitura Municipal de Ubatuba ter aceitado Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas não assinados pelo Dirigente (provedor) nem pelos Membros do Conselho Fiscal ao longo do exercício implicando em que nenhum dos papeis apresentados possui validade jurídica-legal (ineficiência no recebimento dos documentos),
- despesas com fornecedor Souza e Medeiros Assistência Médica Anestesia SS Ltda. datada de Maio/2015 evidenciando grande descontrole nos prazos de pagamento, -Categoria de Despesas não totalizadas no Demonstrativo Integral das Receitas e Despesas,
- contabilização dos repasses, afrontando o Artigo 37 inciso XIII da Instrução 02/2008 deste Tribunal e
- documentação apresentada que não se fez acompanhar de nenhuma análise contábil.

Instada no DOE de 17/01/2019, a **Prefeitura** requereu prorrogação de prazo por 11 (onze) vezes (em 27/02/2019, 06/06/2019, 30/07/2019, 13/09/2019, 25/10/2019, 03/12/2019, 10/02/2020, 19/03/2020, 01/06/2020, 01/07/2020 e 03/08/2020), juntando, em 14/09/2020, justificativas e documentos em defesa da higidez dos atos praticados.

Notificados os responsáveis (Eventos 198.1/198.4), compareceu a Santa Casa (Eventos 216.1/216.16) e o **ex-Provedor da Entidade** (Evento 234.1) pleiteando a regularidade das contas.

Em virtude da documentação apresentada pela Origem, foi determinada nova instrução pela UR-14 (Evento 237.2) que avaliou os elementos supervenientes trazidos nas justificativas.







spoti.fi/20QcACq







Avenida Rangel Pestana, 315, 6º andar, São Paulo - SP, CEP 01017906





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

4ª PROCURADORIA DE CONTAS -

Nessa circunstância, vêm os autos ao Ministério Público de Contas para oficiar como fiscal da lei.

É o relatório.

De início, cabe destacar que, ante a extensa lista de não conformidades apontadas no primeiro relatório da i. Fiscalização, a Prefeitura, por meio de repetidos requerimentos de prorrogação de prazo, conseguiu protelar a entrega de esclarecimentos para, praticamente, 20 (vinte) meses após a publicação da primeira notificação, ocorrida em 17/01/2019.

Ainda assim, conforme manifestação derradeira da UR-14, restaram falhas suficientes para conduzir a matéria ao juízo de irregularidade, tais como:

> A Origem deixou de informar a despesa no Sistema de Repasses ao Terceiro Setor, bem como não apresentou prestação de contas da despesa efetuada;

> Entidade conveniada não apresentou relatório sobre as atividades desenvolvidas com recursos próprios e verbas públicas repassadas à conta do Convênio em vigor no exercício examinado;

> Ausência de encaminhamento do comparativo anual consolidado entre as metas propostas e os resultados alcançados;

> A Prefeitura não elaborou relatório governamental acerca da execução do objeto do Convênio e tampouco demonstrou que a parceria representa a melhor opção para a Administração Pública;

> A ausência da prestação de contas impossibilitou a execução de testes visando a verificação de eventual ocorrência de redistribuição de recursos repassados à Conveniada;

Os demonstrativos não evidenciam itens da execução contratual anual;

Plano de Trabalho não tratou das questões técnicas pendentes (Termos de compromisso não cumpridos) diminuindo a eficiência do instrumento de parceria.

Relatório de Auditoria Independente informa que a entidade sequer conta com controle de bens individualizado;

Falta de controle de presença dos profissionais médicos contratados;

Demonstrativos da Despesa apresentados não refletem e não comprovam a despesa conforme repasse acordado no § 2º da Cláusula Sétima do Contrato e Plano de Trabalho:

Descumprimento dos quantitativos pactuados não foi justificado pela entidade;

Despesas constantes nos extratos não guardam relação com os demonstrativos de despesa;

Demonstrativos desacompanhados dos documentos fiscais;

Inexistem indícios de que a documentação tenha sido examinada pelo controle

Ausência de prestação de contas dos valores repassados referente à fonte federal no valor de R\$ 6.120.902,45.













Avenida Rangel Pestana, 315, 6º andar, São Paulo - SP, CEP 01017906





MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO 4ª PROCURADORIA DE CONTAS -

Dessa forma, em vista do que dos autos consta, o Ministério Público de Contas, na qualidade de fiscal da lei, acompanhando as conclusões da Fiscalização, opina pela

responsáveis, nos termos previstos pelo art. 104, inciso II, da Lei Complementar nº 709/93.

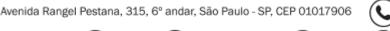
irregularidade da prestação de contas do exercício de 2016, bem como aplicação de multa aos

São Paulo, 25 de maio de 2022.

CELSO AUGUSTO MATUCK FERES JUNIOR

Procurador do Ministério Público de Contas















(11) 3292-4302